

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS-OESTE
NÚCLEO DE FINANÇAS
Rua Cândido Mota 186 - Fundação da Casa Popular - CEP 13031-385
Campinas/SP – CNPJ 46.384.111/0163-05

PARECER CONCLUSIVO APAE DE VALINHOS ANUAL - 2020

Data de Recebimento da Prestação de Contas e da Emissão do Parecer Conclusivo.

Em 28 de Janeiro de 2021, o Conselho Fiscal da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valinhos emitiu Parecer Conclusivo a respeito da verba recebida da Secretaria de Estado da Educação. Na mesma data as entidades emitiram relatório de prestação de Contas cujos documentos encontram-se acostados aos autos.

Valores repassados e comprovados por fontes de recursos e respectivos saldos sujeitos a devolução

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 31.01.2020 – 2020OB04834
Fonte de Recurso: 005003002
Valor: R\$ 61.191,21

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 10.03.2020 – 2020OB12497
Fonte de Recurso: 005003002
Valor: R\$ 61.191,24

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 28.08.2020 – 2020OB53213
Fonte de Recursos: 005003002
Valor: R\$ 16.000,00

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 19.06.2020 – 2020OB39679
Fonte de Recurso: 005003002
Valor: R\$ 61.191,21

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 28.08.2020 – 2020OB53214
Fonte de Recursos: 005003002
Valor: R\$ 8.000,00

Data de Pagamento e Ordem Bancária: 16.09.2020 – 2020OB55492
Fonte de Recurso: 005003002
Valor: R\$ 69.191,21
TOTAL: R\$ 276.764,87
VALOR RECOLHIDO: R\$ 32.780,75

Regular Funcionamento da Entidade que Recebeu Recursos

A entidade beneficiada é entidade declarada de Utilidade Pública Municipal nos termos da Lei 3.815/65 e manteve regular funcionamento no de ano de 2020. Associada ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, possui registro no mesmo conforme Resolução n.177 DE 20.10.05 sendo inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.44.635.2900001.15.

Atestado de funcionamento firmado pela Secretaria de Educação do Município de Valinhos, e visitas da Supervisão de Ensino desta Diretoria de Ensino Regional, que comprova o regular funcionamento.

O Cumprimento das Clausulas Pactuadas

As cláusulas pactuadas foram cumpridas integralmente nos termos de colaboração firmado pelo Titular da Pasta da Educação e a entidade beneficiária.

A Contabilização das Transações Desenvolvidas pela entidade beneficiária:

O registro contábil da entidade beneficiária está de acordo com as normas de auditoria e gestão financeiras normalmente aceitas. Verifica-se regular contabilização dos recursos recebidos a vista dos extratos bancários acostados ao expediente e Parecer do Conselho Fiscal da entidade beneficiária.

A Conformidade com a Regulamentação que rege a Matéria

Em face das disposições previstas no inciso III, do artigo 3 do Decreto n.48060/03 e a vista das cláusulas pactuadas no Termo de Colaboração atesta-se que a APAE de Valinhos cumpriu as disposições elencadas no supra diploma legal.

A Regularidade dos Gastos Efetuados;

Todos os gastos da entidade beneficiária estão devidamente comprovados notadamente quanto a periodicidade em consonância com as datas de repasse de verba

Convém salientar que a entidade beneficiária desenvolve trabalhos de relevância social incontestável notadamente na entidade de síndromes das mais variadas espécies integrando crianças e jovens no contexto social e proporcionando na medida das peculiaridades de cada caso, a inclusão na rede estadual de ensino.

Economicidade dos Resultados alcançados com indicadores comparativos às metas propostas na Política Governamental

O Estado não possui condições de atender com a especificidade necessária os portadores de necessidades especiais o que é feito de modo bastante adequado pela APAE, evitando assim que o Estado tenha que implantar na sua rede de ensino Salas de Atendimento Especializados. Que a APAE já possui em funcionamento e nas condições

Prestação de Contas Total, parcial ou Falta de Comprovação pela Entidade Beneficiária


Declara-se que a entidade beneficiária apresentou regular prestação de contas em conformidade com as disposições legais que regulamentam a matéria


Sanções Aplicadas na Eventual Falta de Prestação de Contas ou desvio de Finalidade

A entidade beneficiada está sujeita as penas previstas na Lei Federal n.8666/93 e na Lei Estadual n. 6544/89, bem como às disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais diplomas aplicáveis a espécie, inclusive suas regulamentações posteriores, no entanto não foram aplicadas sanções, pois a Prestação de Contas se encontra regular e não houve desvio de finalidade conforme se constata por meio de documentos apresentados.

Nestes Termos, é o Parecer

Campinas, 28 de Janeiro de 2021


ELIZA MARIA GOMES REOLON
DIRETOR I - NFI


ROSSENILDA GOMES FARIAS
DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO